

IGUALDADE

DE OPORTUNIDADES NA VIDA E NO TRABALHO

A exemplo dos últimos anos, em 2011, as atividades do Dia Internacional da Mulher não ficarão restritas ao 8 de Março. Elas se estenderão por todo o mês, suscitando reflexões sobre o papel das mulheres na sociedade e suas lutas contra as discriminações e por igualdade de oportunidades na vida e no trabalho.

Embora as mulheres sejam protagonistas na evolução da sociedade, seja em grandes ou em pequenos papéis, elas sempre tiveram que enfrentar relações de submissão e desigualdade, criadas socialmente e intensificadas no mundo capitalista, por meio da criação de uma rígida divisão sexual do trabalho.

Como consequência da máxima capitalista “produção é trabalho de homem e reprodução é trabalho de mulher”, as mulheres por anos foram excluídas dos espaços públicos, acarretando a elas inúmeras discriminações. Impedidas durante décadas de ir às escolas, de votar e de assumir inúmeras atividades profissionais, as mulheres não se renderam e foram à luta mudar uma situação de total discriminação.

“Hoje, como fruto dessa luta, muitos avanços contra as desigualdades de gênero foram alcançados, permi-

tindo com que as mulheres alcançassem maior presença nas decisões familiares, nos espaços públicos e no mercado de trabalho. Um importante símbolo dessa trajetória foi a eleição em 2010 da primeira presidenta do Brasil, destaca Aline Molina, Secretária Geral da FETEC-CUT/SP.

No entanto, trata-se de uma luta que ainda requer muitas batalhas no sentido de fazer valer a igualdade de oportunidades tanto na vida, como no trabalho. Por isso, a CUT e as entidades filiadas seguem juntas na defesa de um modelo de desenvolvimento para o país com inclusão social, valorização do trabalho, sustentabilidade com igualdade de oportunidades, e pela autonomia econômica, social e política das mulheres.

Estes temas fazem parte da Campanha de Igualdade de Oportunidades na Vida, no Trabalho e no Movimento Sindical, a qual as entidades cutistas estão desenvolvendo tendo como reivindicações: Mulheres em Todos os Cargos, Profissões e com Igualdade Salarial; política de valorização permanente do salário mínimo, uma vez que o impacto maior se dá na parcela feminina da classe trabalhadora; garantia de creches e escolas públicas em tempo integral, como forma de ampliar o acesso e permanência das mulheres no mercado de trabalho; e fim da



violência contra as mulheres.

Neste sentido, a implementação da Lei Maria da Penha (Lei Nº 11.340/2006) é uma grande conquista, pois reconhece a violência doméstica como crime e não como assunto privado. Porém, ainda são necessárias a implantação e ampliação de políticas públicas de combate e prevenção destas práticas. Nos locais de trabalho, o assédio moral

e sexual são outras formas de violência contra as mulheres que também precisam ser combatidas.

“Homens e mulheres são igualmente importantes para a sociedade. Por isso, acabar com toda e qualquer discriminação é um importante passo para que a sociedade continue o seu processo evolutivo”, afirma Luiz Cesar de Freitas, presidente da FETEC-CUT/SP.

DIREITOS IGUAIS EM CASA E NO MERCADO DE TRABALHO

Entidades sindicais e o movimento de mulheres estão unidos em todo o país para pressionar o Congresso Nacional para que ratifique a Convenção 156 da Organização Internacional de Trabalho (OIT). Essa norma busca garantir a homens e mulheres a não discriminação no ambiente de trabalho devido às responsabilidades familiares.

O modelo tradicional de sociedade em que estamos inseridos ainda faz a classificação sexual do trabalho. À mulher, cabe, na maior parte das vezes, as tarefas domésticas e a educação dos filhos, mesmo que ela também exerça funções remuneradas fora de casa. Como consequência, elas são comumente discriminadas no mercado de trabalho, pela crença geral de que “custam mais” para as empresas, por conta da licença maternidade, ausências em função da saúde dos filhos, entre outros motivos pessoais.

A Convenção 156 prevê justamente o compartilhamento de atividades entre homens e mulheres, para que não haja prejuízo à carreira profissional da trabalhadora. “Estamos vivendo um momento que esse modelo hegemônico e machista de sociedade não nos atende mais. As mulheres já conquistaram seu lugar no mundo do trabalho, exercem as mesmas funções, mas, por conta do preconceito, ainda têm que se submeter a salários menores e menos chances ao concorrer a uma vaga apenas porque são mulheres”, afirma Crislaine Bertazzi, secretária de Saúde da FETEC-CUT/SP.

“Apenas com o fortalecimento da noção de compartilhamento de responsabilidades domésticas e co-responsabilidade na educação dos filhos é que a situação de desigualdade de gênero pode ter um fim. Nesse sentido, a Convenção 156 da OIT precisa ser colocada em prática, por uma questão de justiça”, explica.

LICENÇA MATERNIDADE DE 6 MESES

Em 2010, as trabalhadoras do ramo financeiro conquistaram uma importante vitória. A categoria bancária foi a primeira a incluir em sua Convenção Coletiva do Trabalho a cláusula que garante a licença maternidade de 6 meses, graças à mobilização da classe.

O aumento da licença de 4 para 6 meses é importante para o bom desenvolvimento da criança. Dados da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) apontam que a amamentação regular, por seis meses, reduz 17 vezes as chances de a criança contrair pneumonia, 5,4 vezes a possibilidade de anemia e 2,5 vezes a ameaça de crises de diarreia. As trabalhadoras e demais sindicatos lutam agora para que essa realidade seja estendida a todas as mulheres no Brasil.

Sobre a Licença Paternidade, tramitam atualmente no Congresso Nacional vários projetos que prevêem aumento para até 30 dias. Os 5 dias concedidos hoje foram garantidos pela Constituição de 1988, o que é considerado insuficiente pela SBP. O movimento sindical cutista defende um projeto de Licença Paternidade de seis meses, a partir do término da Licença Maternidade.

“Se estamos falando em fim da discriminação, em co-responsabilidade na educação dos filhos, é fundamental que o pai esteja envolvido desde os primeiros dias na rotina da criança, colaborando com seu desenvolvimento e com as tarefas da casa”, salienta Crislaine Bertazzi.

MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES

Além das inúmeras atividades locais espalhadas ao longo do mês de março, está previsto para o dia 12, na capital paulista, um grande ato político de âmbito estadual. Na oportunidade, a Marcha Mundial das Mulheres se unirá ao movimento feminista do Estado, com participação da CUT, para reafirmar a campanha contra a pobreza e a violência contra as mulheres.

Iniciadas no ano 2000, as ações da Marcha marcaram a retomada das mobilizações das mulheres nas ruas em diversos países, com a realização de três ações internacionais – 2000, 2005 e 2010 – e atividades regionais anuais.

O ato político estadual do dia 12, além de reafirmar a luta pela transformação da vida das mulheres por meio da superação do sistema capitalista patriarcal, racista, homofóbico e destruidor do meio ambiente, denunciará o desmonte que o atual prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab (DEM-SP), faz na história da luta das mulheres. Kassab está despejando o Centro de Informações da Mulher (CIM), sediado na Praça Roosevelt, ao lado da Igreja da Consolação. A concentração para o ato ocorrerá no local, a partir das 09h30.

MARCHA DAS MARGARIDAS

A CUT também integra a Marcha das Margaridas, que neste ano está programada para 16 e 17 de agosto, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília.

Com o lema “2011 razões para marchar por desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade”, as trabalhadoras estarão nas ruas para pressionar por melhorias.

Embora a Plataforma a ser apresentada na ocasião à presidenta Dilma reúna reivindicações das mulheres rurais, a CUT está inserida no movimento por entender tratar-se de uma luta por igualdades, que na verdade é de toda a sociedade. “Integrar-se às diversas atividades é uma maneira de fortalecer a luta pela construção de uma nova sociedade”, afirma Adriana Pizarro, diretora da FETEC-CUT/SP.